



Plenário deve votar reforma da Previdência e pacto federativo

Marcos Oliveira/Agência Senado



O Plenário também pode analisar PEC que revoga a não incidência do ICMS na exportação de produtos industrializados

Texto principal da PEC do sistema previdenciário deve ser votado pelos senadores amanhã, após análise pela Comissão de Constituição e Justiça de emendas ao relatório de Tasso Jereissati

O Plenário do Senado pode votar amanhã, em primeiro turno, a PEC da reforma da Previdência. Antes, porém, o texto terá que passar mais uma vez pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisará as 77 emendas ao parecer do senador Tasso Jereissati.

O relator acatou apenas uma emenda supressiva, com o objetivo de não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e corrigiu a redação do trecho que

inclui os informais entre os trabalhadores de baixa renda que terão acesso ao sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas favoráveis. Paulo Paim e Eliziane Gama disseram que tentarão modificar o texto no Plenário por meio de destaques.

Outra proposta que pode ser votada, mas que também está pendente de parecer da CCJ, é a PEC do senador Veneziano Vital do Rêgo que revoga a não incidência do ICMS na exportação de produtos industrializados e semielaborados. **3**

Projeto que facilita laqueadura pelo SUS será debatido na quarta

Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais deve votar em decisão final o projeto de Randolfe Rodrigues que reduz a burocracia para a realização, pelo Sistema

Único de Saúde, de laqueadura das trompas no período imediatamente após um parto ou um aborto, inclusive durante a mesma internação hospitalar. **4**

Jane de Araújo/Agência Senado — 11/9/2019



Maria do Carmo Alves relata o projeto na Comissão de Assuntos Sociais

Senado instala amanhã Conselho de Ética e Decoro

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado será instalado amanhã, às 14h, com a eleição do presidente e do vice do órgão.

Cabe ao conselho analisar denúncias contra

senadores, que podem resultar em medidas disciplinares que vão da advertência até a perda do mandato.

O colegiado é composto por 15 integrantes titulares e 15 suplentes. **2**

Mudança do Coaf para UIF será objeto de duas audiências

A medida provisória que transformou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em Unidade de Inteligência Financeira (UIF), vinculada administrativamente ao Banco Central, será discutida em duas audiências na comissão mista que analisa a MP, amanhã e quarta-feira. **3**

Advogado-geral da União falará sobre defesa de política pública

A atuação da Advocacia-Geral da União na defesa judicial e viabilização de políticas públicas de infraestrutura será tema de audiência da Comissão de Infraestrutura, amanhã, com participação do advogado-geral da União, André Mendonça. O debate foi proposto por Marcos Rogério. **3**

Comissão sobre pensão a crianças começa nesta semana

A comissão mista que analisa a medida provisória que cria uma pensão mensal, vitalícia e intransferível para crianças que nasceram com microcefalia decorrente do Zika Vírus será instalada no Congresso Nacional na quarta-feira. Na ocasião serão eleitos o presidente e o relator da MP. **4**

Convidados contestam dados sobre aposentadorias

Debate na sexta-feira, na Comissão de Direitos Humanos, expôs mais divergências sobre os dados que embasam a reforma da Previdência.

Segundo o professor Pedro Bastos, o governo omitiu informações. E o economista Paulo Kliass disse que o Executivo criou um clima de alarmismo.

Representante do Ministério da Economia, Leonardo Guimarães afirmou que os cálculos são precisos e que o sistema é complexo. **3**



Presidente da comissão, Paim comandou a audiência sobre os cálculos usados pelo governo na proposta de reforma

Jane de Araújo/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado - 25/8/2019



Cabe ao Conselho de Ética receber e analisar previamente representações ou denúncias feitas contra senador

Conselho de Ética e Decoro será instalado amanhã

Senadores que vão compor o colegiado pelos próximos dois anos foram escolhidos na semana passada. Amanhã serão eleitos presidente e vice. Alguns dos membros ainda não foram indicados

A INSTALAÇÃO DO Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com eleição do presidente e do vice-presidente, está marcada para amanhã, às 14h. É atribuição do colegiado aplicar os dispositivos da Constituição, do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

O Conselho de Ética recebe e analisa previamente representações ou denúncias feitas contra senador, que podem resultar em medidas disciplinares como advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do exercício do mandato e perda do mandato.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é constituído por 15 membros titulares e

igual número de suplentes, com mandato de dois anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não

representados no colegiado. Os demais membros do conselho ainda serão indicados pelos blocos parlamentares. Veja no quadro os novos membros do colegiado, que terão mandato de dois anos.

Conselho de Ética

TITULARES	
■ Ciro Nogueira (PP-PI)	■ Jaques Wagner (PT-BA)
■ Eduardo Gomes (MDB-TO)	■ Telmário Mota (Pros-RR)
■ Marcelo Castro (MDB-PI)	■ Jayme Campos (DEM-MT)
■ Confúcio Moura (MDB-RO)	■ Chico Rodrigues (DEM-RR)
■ Weverton (PDT-MA)	■ Otto Alencar (PSD-BA)
■ Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	■ Angelo Coronel (PSD-BA)
■ Major Olimpio (PSL-SP)	■ Marcos do Val (Podemos-ES)
SUPLENTE	
■ Vanderlan Cardoso (PP-GO)	■ Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
■ Lucas Barreto (PSD-AP)	■ Fabiano Contarato (Rede-ES)
■ Nelsinho Trad (PSD-MS)	■ Eduardo Girão (Podemos-CE)

Paulo Paim destaca premiação pelo Congresso em Foco

Paulo Paim (PT-RS) anunciou em Plenário na sexta-feira que foi premiado na 12ª edição do Prêmio Congresso em Foco, que reconheceu os parlamentares que mais se destacaram em 2019. A premiação foi realizada na quinta-feira, em Brasília. O senador recebeu três prêmios.

— O importante é ter consciência de sempre fazer o melhor, fazer o bem sem olhar a quem, buscar o caminho certo, alcançar os sonhos e as mentes das pessoas. Sigamos em frente com a consciência tranquila de que é preciso, cada vez mais, buscar melhores dias para toda a nossa gente.

Izalci promete recursos para Hospital do Câncer no DF

Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou na sexta-feira em Plenário que a bancada do Distrito Federal vai apresentar uma emenda ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 5/2019) para a destravar a construção do Hospital do Câncer no DF.

— Nós temos a responsabilidade, para 2021, evidentemente que já no Orçamento de 2020, de colocar recursos para garantir a conclusão, se o governo do Distrito Federal não colocar recurso próprio.



Pedro França/Agência Senado

Senado homenageia professora de fitoterapia Terezinha Rêgo

A professora Terezinha de Jesus Almeida da Silva Rêgo será homenageada pelos serviços prestados à ciência e à população do Maranhão, em sessão especial hoje, às 16h.

A reunião foi requerida por Weverton (PDT-MA), Humberto Costa (PT-PE), Esperidião Amin (PP-SC), Roberto Rocha (PSDB-MA), Elmano Férrer (Podemos-PI) e Juíza Selma (Podemos-

-MT), a fim de homenagear a professora que há 55 anos se dedica à flora medicinal maranhense.

A professora tem 86 anos e cuida da população carente, ela encontrou no princípio ativo da erva cabacinha um aliado no combate à sinusite.

Terezinha é responsável pelo Programa Farmácia Viva, coordenado pela Secretaria de Saúde do Maranhão.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
CDH Xeroderma pigmentoso 9h Debate sobre a doença genética rara.	CDH Mais Médicos 9h Avaliação do Programa Mais Médicos.	CCJ Procurador geral 9h Sabatina de Augusto Aras, indicado para o cargo de procurador-Geral da República.	CCJ Regularização de terras 9h Debate sobre programa do governo de regularização fundiária.
PLENÁRIO Pronunciamentos 14h Sessão não deliberativa.	CDH Mais Médicos 9h Avaliação do Programa Mais Médicos.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
SESSÃO ESPECIAL Terezinha Rêgo 16h Homenagem à professora de fitoterapia.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CDH Mais Médicos 9h Avaliação do Programa Mais Médicos.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CI AGU 9h Debate com o advogado-geral da União, André Mendonça, sobre políticas públicas de infraestrutura.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CE Conclusão de obras em creches 11h Análise do PL 3971/2019.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CRE Voto no exterior para deputado 11h Debate sobre a PEC 5/2005.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CTFC Pagamento de fatura 11h30 Análise do PLS 374/2017, que faculto o pagamento da fatura fora do estabelecimento.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CDH Previdência 14h Debate da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
CMA Inpe 14h Debate sobre dados do Inpe para ações contra desmatamento da Amazônia.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
MP 890/2019 Médicos pelo Brasil 14h30 Análise do relatório	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.
MP 893/2019 UIF 14h30 Debate sobre mudança do Coaf.	CAE Embrapa 10h Análise do PLS 39/2017, que agiliza licenciamento de produtos da Embrapa. Depois, sabatina de 4 indicados ao Cade.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.	CCJ Reforma da Previdência 10h Análise de emendas de Plenário à PEC 6/2019.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário tem Previdência e pacto federativo na pauta

Texto principal da reforma deve ser votado amanhã. Outra proposta que pode ser analisada em primeiro turno é a PEC que inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais

O SENADO DEVE votar amanhã, em primeiro turno, a proposta da reforma da Previdência. Antes, a partir das 10h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai analisar o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com as 77 emendas apresentadas em Plenário.

O relator acatou apenas uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e corrigiu a redação do trecho que inclui os informais entre os trabalhadores de baixa renda que terão acesso ao sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas favoráveis. Foram rejeitadas emendas com temas ligados a servidores públicos, mudanças em pensões, idade mínima, regras de transição, aposentadorias especiais, cálculo da aposentadoria, abono salarial e regras especiais.

Senadores como Paulo Paim (PT-RS) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) já declararam que vão tentar aprovar destaques ao texto durante a discussão em Plenário. Entre os pontos que podem sofrer destaques estão as restrições

ao abono salarial, benefício pago a quem ganha menos de dois salários mínimos (R\$ 1.996) e tem pelo menos 5 anos de cadastro no PIS/Pasep. O texto da reforma assegura o direito apenas a quem tiver renda mensal igual ou menor que R\$ 1.364,43.

Mobilidade

Outra proposta que pode ser votada em primeiro turno é a PEC 19/2014, que inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais. De acordo com Paim, autor do texto, não há na Constituição uma menção explícita ao direito de mobilidade e acessibilidade para a realização de atividades corriqueiras.

Também continuam na pauta dois projetos de lei: o PLC 113/2015, que autoriza o uso de garantia solidária por microempresas que precisam tomar empréstimos financeiros, e o PLC 198/2015, que permite a baixa gratuita e automática do registro de pequenas empresas que estejam sem atividade há mais de três anos.

A PEC 42/2019, do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), ainda pendente de parecer da CCJ, é outra pro-

posta em pauta. O texto revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não industrializados e semielaborados. Para o autor, suprimir a desoneração do ICMS prevista na Lei Kandir com uma emenda constitucional é a única forma de preservar a autonomia federativa dos estados, já que o Executivo não dispõe de poder de veto sobre as PECs.

Competência

Outra PEC de interesse dos estados que está na pauta do Plenário pode acabar com a competência da União de legislar privativamente sobre assuntos como trânsito, transporte, licitação e contratação.

A PEC 47/2012 permite aos estados e ao DF legislar de forma concorrente sobre esses temas. Feita pelas assembleias legislativas, a PEC amplia a competência legislativa estadual também para instituir normas sobre organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. As duas propostas ainda terão que passar por cinco sessões de discussão antes de serem votadas em primeiro turno.



Bastos, da Unicamp, fala em audiência pública conduzida por Paim (C)

Debatedores: governo omitiu dados sobre a Previdência

Em mais uma audiência sobre a reforma da Previdência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), os participantes debateram os cálculos do governo para apresentar a proposta (PEC 6/2019). Segundo a maioria dos debatedores, a Previdência não é deficitária e o governo não revelou todos os dados. Já o representante do Ministério da Economia, Leonardo José Rolim Guimarães, disse que os cálculos são precisos e que o sistema é complexo, exigindo consideração de todas as particularidades.

O representante da Con-

federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Urbano, criticou a informação de que os sindicatos rurais estariam falsificando aposentadorias.

Segundo o professor Pedro Paulo Zahluth Bastos, da Unicamp, o governo decretou sigilo dos cálculos da reforma da Previdência em fevereiro e, quando foi pressionado a revelá-los, o fez sem apresentar os microdados. Para o economista Paulo Kliass, o governo criou um clima de alarmismo na sociedade para fazer com que fosse mais fácil aprovar a PEC 6/2019.

Advogado-geral da União fala sobre políticas públicas

O advogado-geral da União, André Mendonça, participa amanhã, às 9h, de audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI) para falar sobre a atuação da Advocacia-Geral da União na defesa judicial e viabilização de políticas públicas de infraestrutura.

De acordo com Marcos

Rogério (DEM-RO), autor do pedido, é recorrente a menção à judicialização no setor de infraestrutura quando se discute o planejamento estratégico do setor. A audiência, segundo o senador, vai munir a comissão de informações para viabilizar políticas públicas de infraestrutura.



Marcio Bittar, Alvaro Dias, Simone Tebet, Davi Alcolumbre, Tasso Jereissati, Daniella Ribeiro e Jorginho Mello

Comissão mista da MP do Coaf promove audiências públicas

A medida provisória que vincula administrativamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao Banco Central será discutida em duas audiências públicas na comissão mista que analisa a MP, amanhã e quarta-feira, às 14h30.

A MP 893/2019 transformou o Coaf, responsável por produzir e gerir informações para a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento de armas de destruição em massa, além da interlocução institucional com órgãos e entidades, na Unidade de Inteligência Financeira (UIF).

Na quarta-feira, serão ouvidos o diretor da UIF, Ricardo Lião, representantes do Banco Central e da Receita Federal, o perito criminal Otávio Allemand Borges e a subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal do Ministério Público.

Para quinta-feira, foram convidados o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, o ex-presidente do Coaf Roberto Leonel e o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do BC, Paulo Lino Gonçalves.

Vender Eletrobras é crime de lesa-pátria, diz Jean Paul

A eventual privatização da Eletrobras poderá pôr em risco a soberania do Brasil, afirmou Jean Paul Prates (PT-RN) na sexta-feira. Para o senador, a privatização seria um "crime de lesa-pátria".

— Que tomem cuidado porque nesses processos nós vamos estar vigilantes. Espero que eu tenha longevidade para ver o momento em que, se houver esse tipo de venda irresponsável, nós possamos desfazê-la, independentemente de ter o rótulo de estatizante, de retomada de patrimônio, do que for.



Pedro França/Agência Senado

Acir Gurgacz festeja obras de esgoto em Ji-Paraná

Acir Gurgacz (PDT-RO) celebrou na sexta-feira o início das obras de esgoto em Ji-Paraná (RO). Na opinião do senador, a ação terá grande impacto na qualidade de vida, na saúde da população e no meio ambiente e na economia da região.

— Já temos as obras de expansão da rede de abastecimento de água em andamento, que em breve deverá atingir 100% dos domicílios, e agora vamos iniciar essa obra de esgotamento sanitário. Serão investidos mais de R\$ 187 milhões.



Pedro França/Agência Senado

Eduardo Girão pede instalação da CPI dos Tribunais

Eduardo Girão (Podemos-CE) convocou na sexta-feira a população para ir a Brasília no dia 25 de setembro para cobrar da Câmara a votação da PEC 10/2013, que limita o foro privilegiado aos presidentes dos três Poderes, e para pedir a abertura de processo de impeachment de ministros do Supremo, além da instalação da CPI dos Tribunais Superiores no Senado.

O senador lembrou que o objetivo é fortalecer os tribunais, de modo a garantir o funcionamento de instituições fundamentais à democracia.



Pedro França/Agência Senado

Ex-presidente do Inpe debate desmatamento da Amazônia

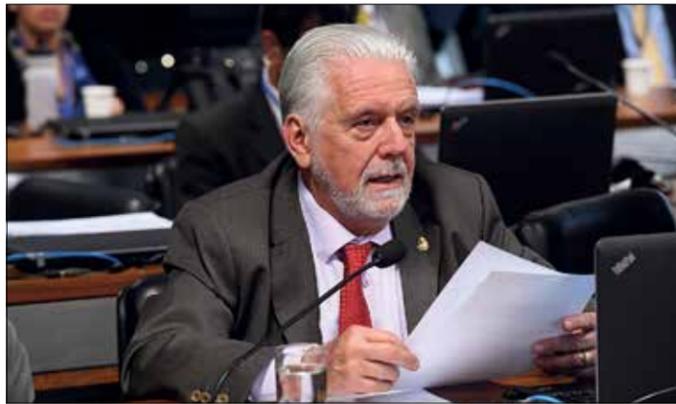
Ricardo Galvão foi exonerado após divulgação de dados que mostram que a área desmatada nos primeiros sete meses de 2019 corresponde a 4,5 mil quilômetros quadrados, 60% a mais que em 2018

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) debate amanhã, às 14h, a importância dos dados providos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre desmatamento da Amazônia para ações de fiscalização do Ministério do Meio Ambiente.

Também serão abordadas as consequências da perda de autonomia científica para a produção de estudos de sensoriamento remoto perante a comunidade internacional. Para a reunião, foi convidado o ex-diretor do Inpe, Ricardo Magnus Osório Galvão, que foi exonerado do cargo em agosto, após a divulgação de dados sobre o desmatamento da Amazônia.

Segundo o senador Jaques Wagner (PT-BA), que requereu a audiência, é importante que haja um debate sobre esses dados devido às críticas que têm sido feitas ao trabalho do Inpe.

“O Inpe tem sido alvo de críticas sem fundamento, a uma instituição científica que atua há cerca de 60 anos e com amplo reconhecimento no país e no exterior. São ofensivas, inaceitáveis e lesivas ao conhecimento científico. Ocorre que o pano de fundo desse conflito é o aumento explosivo do desmatamento na Amazônia, registrado pelos



Para Wagner, que requereu o debate, Inpe é alvo de críticas infundadas

sistemas de sensoriamento remoto do Inpe”, explica Wagner na justificativa do requerimento.

Críticas

Segundo o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), a área desmatada na Amazônia apenas nos primeiros sete meses de 2019 corresponde a 4,5 mil quilômetros quadrados, 60% a mais que no mesmo período do ano passado.

No entanto, após a publicação desses dados, o governo criticou a atuação do instituto e o presidente do Inpe foi exonerado do cargo. Na época, o presidente Bolsonaro declarou que os dados sobre o desmatamento eram exagerados e acusou Ricardo de atuar em prol de ONGs ambientalistas.

Em audiência na CMA no

dia 17 de setembro, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, ressaltou que Ricardo Galvão foi exonerado por quebra de confiança. Segundo o ministro, depois que dados do Inpe se tornaram o centro de um debate internacional sobre o desmatamento da Amazônia, Galvão tratou do assunto diretamente com o presidente da República, Jair Bolsonaro, sem envolver o ministério. Isso gerou uma situação “desconfortável” para todos.

Interpretação

Pontes também ressaltou que os dados divulgados pelo instituto estavam corretos, porém foram interpretados erroneamente pela imprensa, o que causou um problema de comunicação entre o Inpe e o governo.

Colegiado vai analisar doença rara xeroderma pigmentoso

A doença genética xeroderma pigmentoso (XP) será tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) hoje. A reunião foi proposta por Zenaide Maia (Pros-RN), que quer discutir as causas, a incidência e o tratamento da XP, caracterizada pela extrema sensibilidade à radiação ultravioleta (presente nos raios solares). A doença não é contagiosa.

Foram convidadas a presidente da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso, Gleice Machado; as dermatologistas Sulamita Chaibub, Larissa Pimentel, do Hospital Geral de Goiânia, e Fernanda Carvalho; a psicóloga Telma

Noletto; a juíza Alessandra Gontijo do Amaral, da 1ª Vara da Comarca do município de Goiás (GO); e o geneticista Ricardo Henrique Almeida Barbosa.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia a doença gera um “defeito” no mecanismo que repara o DNA ao longo da vida da célula, causando lesões na pele exposta ao sol e aumentando as chances de desenvolvimento de câncer de pele pela exposição ao sol e de tumores de maneira geral.

A XP é tratada de forma tópica e com a remoção cirúrgica das lesões e tumores. A incidência é de 1 para 1 milhão de pessoas.

Microcefalia: começa na quarta discussão sobre pensão a crianças

A comissão mista que vai emitir parecer sobre a medida provisória que cria uma pensão para crianças que nasceram com microcefalia decorrente do Zika Vírus será instalada no Congresso na quarta-feira. Os senadores elegerão o presidente do colegiado e o relator da MP 894/2019.

A medida prevê o pagamento de uma pensão mensal, vitalícia e intransferível, no valor de um salário mínimo, para as crianças que

nasceram com microcefalia entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e que sejam beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

De acordo com o texto, será realizado exame pericial para comprovar a relação entre a má formação e a contaminação pelo vírus.

O objetivo é proteger as crianças que tiveram o desenvolvimento comprometido pelas sequelas da microcefalia.

Projeto diminui burocracia de laqueadura pelo SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar na quarta-feira, às 9h30 e em caráter terminativo, o projeto que reduz a burocracia para a realização de laqueadura de trompas na rede pública de saúde. O PLS 107/2018 permite a realização da cirurgia no período imediatamente após um parto ou um aborto, inclusive na mesma internação. Atualmente a regulamentação da Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263, de 1996) proíbe o procedimento nos 42 dias após esses eventos.

De acordo com o texto, a

cirurgia poderá ocorrer durante a internação pós-parto, desde que a vontade de fazer o procedimento tenha sido manifestada pelo menos 60 dias antes do nascimento da criança. O projeto também retira da lei o trecho que condiciona a operação ao consentimento de ambos os cônjuges.

De Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o projeto é relatado por Maria do Carmo Alves (DEM-SE), favorável à aprovação com emenda de sua autoria.

A modificação altera a ementa do texto original,

como forma de deixar claro que o projeto trata apenas da realização da esterilização cirúrgica em mulher em situação de parto ou aborto, e não de vasectomia.

Ao projeto também foi apresentada emenda por Eduardo Girão (Podemos-CE), ainda pendente de análise, que suprime do texto a possibilidade de esterilização imediatamente após a ocorrência de aborto.

Aborto

“O momento posterior a um aborto, seja aquele espontâneo ou sejam aqueles presentes na lei, estão ambos revestidos de relevante carga emocional, a qual sem dúvida fragiliza o psicológico da parturiente e de sua família. Entendo que, desta forma, ao possibilitar de imediato a laqueadura — procedimento com risco de não reversão — tal decisão poderá ser tomada de forma precipitada e sem a devida reflexão necessária”, alega o senador na justificativa da emenda.

Workshop trata da importância de inovar na produção de leis

As bases de uma política de boa legislação que inove o próprio processo de fazer leis foram debatidas na sexta-feira, em uma realização da Coordenação de Educação Superior (Coesup), órgão do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado. O workshop sobre a elaboração legislativa com foco no desenvolvimento do país foi ministrado pela pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fabiana Soares.

— Somos um país inflado, com muita legislação e a ideia de que ela resolve tudo, quando muitas vezes, uma nova lei não é o melhor caminho.

O consultor do Senado Marcus Peixoto defendeu um sistema integrado que agregue de forma harmoniosa e efetiva as informações e estatísticas oficiais.

— A situação demanda uma alteração legislativa para normatizar a produção dessas estatísticas, de forma a evitar até a duplicidade de

esforços entre órgãos governamentais para obter uma mesma informação.

Governança

Também na semana passada foi realizado o Encontro Interlegis/ILB, que discutiu os principais desafios da governança no setor público, com a moderação do coordenador-geral do ILB, Floriano Filho.

A busca por maior eficiência na administração pública, a fim de diminuir os entraves que paralisam serviços e bloqueiam investimentos, foi um dos aspectos mais discutidos pelos palestrantes, entre os quais estiveram o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, o secretário do Ministério da Economia Cristiano Heckert, o coordenador do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Flávio Feitosa, e o subsecretário adjunto de gestão pública da Casa Civil, Daniel Catelli.



Relatório de Maria do Carmo Alves é favorável à aprovação do texto